

DOI: 10.9732/P.0034-7191.2017V115P241

Desenvolvimento regional, defesa do meio ambiente e inclusão social no semiárido: experiências multifacetárias da economia solidária

Regional development, protection of the environment and social inclusion in semiarid: contributions of the solidarity economy

Eddla Karina Gomes Pereira¹
Maristela Andrade de Oliveira²
Alícia Ferreira Gonçalves³

Resumo: A Economia Solidária (EcoSol) propõe a livre mobilização para a geração de renda, a partir do fortalecimento socioeconômico e ambiental. Assim, este artigo visa analisar em que medida a economia solidária pode contribuir para a realização de um

-
- 1 Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA pela Universidade Federal da Paraíba, Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, membro do grupo de pesquisa "Desenvolvimento, regulação e direitos sociais: análise jurídica-institucional das políticas públicas no semiárido". *E-mail:* eddlakgp@gmail.com
 - 2 Doutora em antropossociologia Troisieme Cycle - IHEAL - Universite de Paris III (Sorbonne-Nouvelle), Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba. *E-mail:* andrademaristela@hotmail.com
 - 3 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professora Adjunta. *E-mail:* aliciafg1@gmail.com

desenvolvimento regional que compatibilize a proteção aos bens ambientais e, ao mesmo tempo, gere inclusão social. Parte-se do pressuposto de que no contexto atual, a EcoSol propõe meios de desenvolvimento a partir de uma perspectiva transversal, pois há experiências que praticam a sua lógica nos âmbitos urbanos e rurais, no semiárido e no litoral, no norte e sul do país, o que faz com que se possa acreditar, a partir de diversas experiências existentes, nos seus reflexos positivos. Por meio da realização de uma pesquisa com métodos de observação direta, aliada a estudos bibliográficos, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória no semiárido do Rio Grande do Norte. Como conclusão, observa-se que as políticas públicas de economia solidária ainda não ocupam papel central no Brasil, apesar de haver experiências que evidenciam que a EcoSol, ao propor o desenvolvimento regional não exploratório e cooperado, tem capacidade de gerar inclusão social, ao tempo em que respeita a capacidade de resiliência e as limitações produtivas do meio ambiente.

Palavras-chave: Economia solidária; Semiárido; Desenvolvimento.

Abstract: The solidary economy (EcoSol) proposes free mobilization for the job and income generation from the strengthening economic, social and environmental performance of the communities. In this sense, this paper chose as important to examine to what extent the solidarity economy can contribute to the achievement of a regional development that reconciles the protection of environmental goods and at the same time, generate social inclusion. To this end, we start from the assumption that the current brazilian context, ECOSOL proposes means of development in vulnerable areas from a transversal perspective as

there are experiences that practice their logic in urban and rural areas in semi-arid and coastal in the north and south of the country, which means that you can believe, from various existing experiences in their positive effects in various situations. By conducting a survey of direct observation methods, combined with bibliographical studies, exploratory and documentary research developed, carried out under the Xique Xique Network of Partnership Marketing, located in Rio Grande do Norte semi-arid. In place of conclusion, it is observed that, despite the public policies of solidarity economy does not occupy a central role in Brazil, there are experiences which show that ECOSOL by proposing regional development via non exploratory and cooperative work , has the capacity to generate social inclusion, the time in respect of resilience and productive limitations of the environment.

Keywords: Solidarity economy; Semiarid; Development.

1. Introdução

A organização da sociedade, da produção, do consumo, no modo de produção capitalista, assumiu, historicamente, valores patriarcais (MARX; ENGELS, 1984) e patrimonialistas, responsáveis por sustentar relações de poder entre os indivíduos. Nesse contexto, as garantias sociais são divididas de forma desigual, estratificando a sociedade em classes mais e menos privilegiadas, de modo a estabelecer um ambiente de pouca coesão social, uma vez que os laços de solidariedade entre os indivíduos são reiteradamente fragilizados, uma vez que há no coração do sistema uma contradição imanente: quanto mais acumulação, menos solidariedade e reciprocidade (GODELIER, 2001). Esse sistema de hierarquias calcado no poder aquisitivo,

no sexo, raça, cor, enraizou desigualdades e ergueu um ambiente social de exclusão, pois as relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas (MARX, 1985). Tal conjuntura irradia reflexos nocivos em todas as sociedades no mundo, já que as classes e, por conseguinte, as pessoas, são definidas pela relação com os meios de produção a partir de duas hipóteses: ou elas possuem bens produtivos ou são exploradas (MARX, 1984; 1985).

Com uma proposta de sociedade alternativa a esta lógica capitalista, individualista e hierarquizada (CAILLÉ, 2007), a economia solidária (EcoSol) sugere a livre mobilização para o trabalho e geração de renda, visando ao fortalecimento econômico, social e ambiental das comunidades, por meio da formação de relações produtivas mais justas e solidária – inclusive com os recursos naturais. Baseia-se, para tanto, em relações de cooperação, em uma economia moral (MAUSS, 1974) que respeita a capacidade de resiliência dos bens ambientais, as práticas de autogestão, a democratização das decisões, bem como a participação paritária dos envolvidos tanto da produção e dos destinos das riquezas produzidas coletivamente.

A EcoSol, além de teoria social de empoderamento via trabalho, é um movimento social que se fortaleceu no Brasil a partir do final da década de 90, em razão tanto da participação de pastorais, trabalhadores desempregados (no campo e na cidade), e sindicatos, como também por conta do diálogo que passou a manter com outros movimentos sociais, tais como as articulações com os movimentos feministas, o que lhe garantiu substancial capilaridade e adesão social. Este contexto conferiu à EcoSol transversalidade, ou seja, a capacidade de propor ações com assumem reflexos socioeconômicos positivos em diversos contextos. Ao defender alternativas de geração de renda pelo trabalho

cooperativista, associativista e autogestionado (SINGER, 1997), a EcoSol sugere um desenvolvimento calcado na mobilização de trabalhadores desempregados e das comunidades situadas em territórios (ABRAMOVAY) rurais, no intuito de superar modos exploratórios de produção. Assim, reconhece a importância dos saberes tradicionais para a construção de formas associativas e cooperadas do trabalho em rede, como é o caso da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, fomentando relações sociais inclusivas e a ampliação de espaços públicos e privados democráticos no que se refere à participação e intervenção dos indivíduos na sociedade.

A partir destes pressupostos, objetiva-se, a partir de experiências de grupos de comercialização solidária do oeste potiguar, analisar em que medida a EcoSol respalda teórica e politicamente um novo modelo de desenvolvimento, baseado na igualdade de gênero, no respeito à capacidade de resiliência do meio ambiente, na construção de cadeias produtivas justas, do ponto de vista dos direitos humanos e, especificamente, sociais.

Quanto aos instrumentos e técnicas de coleta de dados, a presente pesquisa analisará dados secundários através da observação direta, obtidos junto ao acompanhamento de trabalhos da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária. Ademais, far-se-á uma pesquisa bibliográfica, com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral (VERGARA, 1998).

2. Economia solidária: novos paradigmas produtivos via transformação das relações de trabalho

A EcoSol é uma proposta contra-hegemônica de desenvolvimento que busca a reordenação solidária das relações socioeconômicas no que diz respeito à produção, distribuição e consumo. Propõe, nesse sentido, a negação e a superação da lógica capitalista produtiva calcada em métodos hierarquizados, nas quais a venda da força de trabalho não é um valor em si, mas uma etapa potencialmente substituível da cadeia produtiva, cuja função é gerar a maior obtenção de lucro possível, a partir da assimilação acrítica de técnicas de alienação do trabalhador.

A partir do ponto de vista de Singer (1997), o associativismo e a autogestão podem ser instrumentos produtivos capazes de disseminar iniciativas que promovam a justa distribuição dos espaços sociais, por fomentar relações mais equânimes. Ademais, a EcoSol defende a repartição proporcional dos bens e serviços produzidos economicamente, a fim de diminuir as desigualdades no mundo do trabalho e do consumo, pela via da promoção de relações humanas solidárias, recíprocas, mais dialógicas, de cooperação, coordenação.

Progressivamente, pois, as ideias orientadoras de formas de produção menos competitivas vêm sendo fomentadas no país, seja em resposta às pressões dos movimentos sociais ou pela assimilação pública da necessidade de investimentos em iniciativas institucionais menos marginalizantes. Noelle (2002, p. 4) argumenta, calcada numa visão processual e dialética da história, que não se deve perceber o surgimento de uma nova realidade com início datado e registrado, pois os fenômenos sociais são processos demorados. Muitas

perspectivas da EcoSol, inclusive, podem inicialmente ser percebidas como inovadoras, mas são, em verdade, a releituras de fatos “antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas”. A partir de então, atraem pesquisas, financiamentos, publicidade, o que resulta, não raras vezes, na sua regulamentação jurídica, política e econômica, ou seja, no seu reconhecimento público e institucional.

Na literatura brasileira o conceito de economia de solidariedade foi apresentado com tal terminologia pela primeira vez no Brasil em 1993, no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, onde o autor chileno Luis Razeto a entende como

uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas -...-, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. (Razeto, 1993, p. 40).

De acordo com Mance (1999), tal conceito é abrangente, uma vez que ele agrega a noção não apenas de geração de postos de trabalho, mas de colaboração coletiva que objetiva a formação de sociedades pós-capitalistas, nas quais se resguardaria condições razoáveis de convivência intersubjetiva e de interações com os recursos naturais. Segundo ele, devemos ampliar ao máximo possível o exercício concreto da liberdade pessoal e pública, com a colaboração solidária na produção, via trabalho, e no consumo, via preço justo. Entende que, a partir de vínculos de reciprocidade, há de se propagar um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular. Dessa forma, Mance entende a EcoSol

como um mecanismo que estimula o exercício humano da liberdade (1999, p. 178).

O que há de consenso na atualidade em torno do conceito de EcoSol é que no âmbito dos sistemas econômicos solidários deve haver uma participação mais paritária na produção e nos destinos das riquezas socialmente produzidas, o que impõe uma redefinição da função social que o trabalho possui hordiernamente.

A economia solidária, assim, suscita uma reação ao modo hegemônico de produção institucionalizada contemporaneamente, o que envolve um redimensionamento social, econômico, político, ambiental e cultural. Segundo a sua proposta, o agir coletivo se coloca como uma alternativa de produção importante, sobretudo diante da intenção de fomento ao desenvolvimento territorial regional, com a valorização dos saberes locais e das populações tradicionais. Este contexto tende a gerar menos exclusão, especialmente dos marginalizados do mercado de trabalho formal e do consumo, pela via do trabalho coletivo e do reconhecimento de um ponto em comum: a busca de trabalho e renda (CULTI, 2004, p.2).

O Brasil, ao assimilar demandas dos movimentos sociais, institucionalizou a EcoSol por meio da criação, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. A partir de então, a EcoSol ganha progressiva projeção na pauta das agendas institucionais e dos movimentos sociais no Brasil, uma vez que o trabalho autogestionado passou a ser percebido como uma alternativa economicamente viável e socialmente justa para a geração de renda. Nesse sentido, sobretudo a partir da década de 90 do século passado a ideia de obtenção de trabalho e renda via economia solidária adquiriu proeminência, ampliando-se o número de

experimentos associativos que passaram a ser organizados pelos trabalhadores, no meio urbano e rural (GONÇALVES, 2009 e 2015).

No âmbito rural do país, especificamente, variadas atividades alternativas de economia solidária vêm sendo fomentadas para a convivência com o semiárido, tais como artesanato (inclusive com aproveitamento de resíduos industriais), fabricação de doces, apicultura, produção de hortaliças, caprinovinocultura e, a depender dos aspectos climáticos, queijo, leite, legumes, verduras e frutas. Percebe-se, pois, a valorização do trabalho que pode ser desempenhado em base familiar, que assume outra lógica de geração de renda, se comparado aos grandes latifúndios de monocultura. A título de exemplo, podemos citar a Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, organização sediada em Mossoró (RN) que, além de prestar, via convênios, assessoria técnica aos agricultores, grupos informais, associações e sindicatos do semiárido norterio-grandense, comercializa os excedentes dos grupos de produtores rurais do semiárido norterio-grandense, além de participar, via edital, de diversas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento no âmbito rural. Ademais, tal entidade realiza encontros periódicos de formação e troca de experiências entre os coletivos assessorados pela Rede, além de organizar feiras e participar de eventos sobre EcoSol, feminismo e agroecologia, tripé que orienta suas ações e decisões.

Contudo, significativas pressões dos movimentos sociais cobram ações públicas mais robustas na área da EcoSol, a fim de que, em longo prazo, haja não somente uma mudança nos rumos das ações e das políticas encabeçadas pelo Estado brasileiro, mas a ampliação do exercício dos direitos sociais e, por conseguinte, da cidadania, pela via

do trabalho, resultando em um processo de alargamento e consolidação da democracia brasileira. Tal postura parte do pressuposto exposto por Cohn (2009, p. 10), de que a ampliação da democracia política e social é um instrumento civil que tem como resultado o fortalecimento da dimensão pública da vida social no processo de rearticulação da relação Estado-sociedade civil.

Todavia, ao tempo em que é perceptível o incremento de políticas públicas que assumem propostas da EcoSol, ainda há uma substancial fragilidade institucional da SENAES, pois se observa o predomínio de investimentos públicos em práticas econômicas destoantes da lógica proposta pela EcoSol. Tal fragilidade também é percebida em momentos de crise, quando os primeiros órgãos públicos ameaçados estão ligados aos movimento sociais, ou seja, à EcoSol.

Resta evidente, ademais, o lugar periférico da EcoSol nas políticas públicas brasileiras quando se confrontam, por exemplo, os investimentos do governo federal nos últimos anos em projetos que envolvem práticas de EcoSol com os subsídios fornecidos ao agronegócio no Brasil. Segundo o Plano Agrícola e Pecuário de 2014, somente neste ano o governo federal disponibilizou ao agronegócio R\$ 156,1 bilhões, alta de 14,7% sobre os R\$ 136 bilhões da safra 2013–2014, dos quais R\$ 112 bilhões são para financiamentos de custeio e comercialização e R\$ 44,1 bilhões para os programas de investimento. Em relação aos dados da EcoSol, de 2003 a 2010, os investimentos do governo federal totalizam cerca de R\$ 206 milhões, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2: Distribuição dos recursos investidos nos projetos por abrangência nacional e regional (2003-2010)

Abrangência	Projetos	%	R\$	%
NORDESTE	135	31%	38.242.988,60	19%
SUDESTE	99	23%	40.847.739,60	20%
SUL	73	17%	23.624.286,70	11%
NORTE	35	8%	22.383.075,20	11%
CENTRO OESTE	26	6%	10.898.380,70	5%
NACIONAL	67	15%	70.281.870,61	34%
TOTAL	435	100%	206.278.341,41	100%

Fonte: Pesquisa SENAES – SOLTEC/UFMG.2011

Assim sendo, a expectativa de que o poder público adotasse estratégias de desenvolvimento mais próximas à EcoSol não foi plenamente atendida, visto que ainda há uma priorização de fomento a práticas econômicas exploratórias. Tal contexto evidencia que as políticas desenvolvimentistas do Brasil ainda são centralizadas no Produto Interno Bruto (PIB), indicador econômico que direciona as decisões econômicas brasileiras, não obstante as suas limitações. O PIB, entretanto, é um referencial econômico de produção restrito, pois desconsidera os custos sociais e ambientais da produção, bem como não sopesa os impactos das riquezas produzidas na distribuição social e territorial, o que evidencia que se trata de um indicador de crescimento econômico, de geração de riquezas, não de desenvolvimento. Por esta razão, um país com desafios sociais significativos, não deve entender o PIB como uma ferramenta de aferição de desenvolvimento, dadas as suas limitações.

Em adição, o Brasil perpassa por uma conjuntura de dificuldades orçamentárias que impõem corte nos gastos

públicos e/ou uma política de incremento de receitas. Em decorrência deste cenário, o governo federal negociou com os partidos que compõe a base do governo uma reforma ministerial para o ano de 2015. Tal proposta objetivava diminuir a estrutura do governo, com o propósito de atender às políticas de contenção de gastos orçamentários. Especificamente em relação à SENAES, Paul Singer chegou a informar à Revista Carta Capital⁴ que recebeu um aviso de que seria exonerado, e em seu posto iria haver a indicação de um político ligado ao PDT, posto que o governo estava com dificuldades de aprovação de ações do seu interesse no Congresso Nacional, e tal indicação seria uma estratégia para obtenção de votos do partido beneficiado com o cargo.

Assim, observa-se que há substanciais desafios a serem superados pela Economia Solidária a partir de quando ela deixa de ser uma proposta contra-hegemônica teórica e se transforma em políticas públicas. A complexidade da assimilação da lógica da EcoSol, pois, deriva especialmente do fato da ampliação do reconhecimento e realização do princípio redistributivo envolve mudanças de perspectivas individuais, culturais, institucionais, a fim de propagar o princípio da reciprocidade (SCHIOCHET, 2012, p. 18).

3. Perspectivas de EcoSol no Nordeste brasileiro: em que medida a SENAES vem representando uma estratégia de desenvolvimento para o semiárido?

O nordeste do país ocupa 18,2% (982.566 Km²) do território nacional, abrange mais de 20% dos municípios

4 <<http://reporterbrasil.org.br/2015/09/paul-singer-diz-que-foi-avisado-sobre-demissao/>>. Acesso em 10 out 2015

brasileiros (1.135) e abriga 11,84% da população do país. Mais de 22,5 milhões de brasileiros/as vivem na região, sendo 14 milhões na área urbana e 8,5 milhões no espaço rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Trata-se da região do Brasil com a maior costa litorânea, possui climas que variam do equatorial úmido ao tropical semiárido, sendo este o predominante, e encontra-se com 72,24% de seu território dentro do polígono das secas, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Dos seus nove estados, metade tem mais de 85% de sua área caracterizada como semiárida, sendo que o Rio Grande do Norte lidera a lista com 93,4% do seu território no semiárido. Um dado interessante com relação à população do semiárido é que nela se encontram 81% das comunidades quilombolas de todo o Brasil.⁵

Ao reproduzir a lógica de desigualdade social que caracteriza o Brasil, esta região possui no seu território variadas realidades socioeconômicas. Embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja um indicador limitado, por medir apenas níveis de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), a análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) demonstra um nordeste de várias realidades, a depender da localização geográfica (semiárido ou litoral). Em 60,09% dos municípios do semiárido o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de muito baixo a baixo (realidade de 25% dos municípios brasileiros), sendo que todos os municípios do semiárido apresentaram IDHM inferior ao do Brasil (0,727). O Nordeste tem números melhores apenas que a região norte

5 É no semiárido que a vida pulsa! Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/semiariado>>. Acesso em 27 ago 2015.

do país, não obstante na primeira década deste século o Norte e o Nordeste tenham crescido acima da economia brasileira⁶.

Especificamente em relação ao semiárido, os longos períodos de estiagem decorrentes da irregularidade dos níveis de pluviosidade (200 a 800 mm anuais⁷) foram politicamente tratados no curso da história como um fator justificante para a falta de investimentos no desenvolvimento local e regional do Nordeste. Na verdade, mais do que aspectos climáticos, um dado que justifica a desigualdade social da região é a grande concentração de terra e água. O índice de Gini, que mede o nível de desigualdade a partir da renda, está acima de 0,60 para mais de 32% dos municípios do semiárido, o que demonstra uma elevada concentração da renda na região. Segundo a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), cerca de 1,5 milhão de famílias agricultoras (28,82% de toda a agricultura familiar brasileira) ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis do semiárido, ao passo que 1,3% dos estabelecimentos rurais com mais de 1 mil hectares, conhecidos como latifúndios, detêm 38% das terras. Esta conjuntura gera níveis altíssimos de exclusão social e de degradação ambiental e são fatores determinantes para crise socioambiental e econômica vivida na região.

Ademais, esta desigualdade acarretou reflexos negativos em nível nacional, pois o êxodo rural ocasionou uma apropriação ambiental desregrada em face do crescimento

6 CRUZ, Bruno de Oliveira. DINÂMICA RECENTE DOS PIBS PER CAPITA REGIONAIS: QUANTO TEMPO PARA CHEGAR EM 75% DO PIB PER CAPITA NACIONAL? http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/141211_bru_9_web_cap9.pdf

7 Comparado com outras regiões semiáridas do mundo, onde chove entre 80 a 250mm por ano, o Semiárido brasileiro é o mais chuvoso do planeta. Nele, cai do céu, em média, de 200 a 800mm anuais. Uma precipitação pluviométrica concentrada em poucos meses do ano e distribuída de forma irregular em todo semiárido. (É no semiárido que a vida pulsa! Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/semiario>>. Acesso em 27 ago 2015.)

urbano desordenado das metrópoles, além de precarização do trabalho em subempregos, do subaproveitamento dos potenciais produtivos do semiárido, da falta de investimentos públicos efetivamente capazes de amenizar os entraves ao desenvolvimento da região⁸.

Na década de 90, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve uma diminuição do êxodo rural e até um pequeno crescimento da população rural em várias regiões do país, resultado do aumento de empregos rurais não-agrícolas, de desemprego nos grandes centros urbanos, como também do envelhecimento da população migrante (regresso de inativos, geralmente aposentados) ao lugar de nascimento. Portanto, especialmente a segunda metade dos anos 90 constituiu-se um cenário completamente diferente da década anterior: o êxodo rural perdeu força e a população rural brasileira voltou a crescer, o que não ocorria desde 1970⁹. Segundo dados do IBGE do censo de 2010, o nordeste foi a única região do país que apresentou saldo migratório negativo (de 701 mil pessoas),

8 Mauro Eduardo Del Grossi; Clayton Campanhola; José Graziano da Silva. O FIM DO ÊXODO RURAL? http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Ase/f_exodorural.pdf

9 O Censo demográfico de 1970 registrou uma população rural de 40 milhões de pessoas contra 38,8 milhões de 1960. Já em 1980 foram contadas 38,6 milhões e 35,8 milhões em 1991 residentes no campo no Brasil, incluindo as áreas rurais da região Norte não cobertas pelas PNADs. O fato da população rural decrescer entre um censo e outro dá uma ideia apenas aproximada do êxodo rural porque a cada censo há uma “expansão” dos perímetros urbanos dos municípios, o que por si reduz a população residente naquelas áreas urbanas periféricas que haviam sido consideradas rurais no censo anterior e que passaram a ser classificadas como urbanas no novo censo. Isso não ocorre com as PNADs que mantêm fixas as áreas tal como definidas no censo utilizado para definir a amostra. Por exemplo, a PNAD de 1990 registrou 37,5 milhões, ou seja, mais de 5 milhões de pessoas a mais residindo nas áreas redefinidas como rurais no censo de 1991 para o Brasil que somaram 32,1 milhões, excluídas as áreas rurais da região Norte. Ver a respeito, Graziano da Silva (1999).

e proporcionalmente, saíram mais homens que mulheres desta região¹⁰.

Neste contexto, impulsionados pelo apoio do movimento sindical e das comissões pastorais da Igreja Católica, houve o crescimento e organização dos movimentos sociais populares, com a difusão da ideia da autogestão e a consequente formação dos primeiros empreendimentos econômicos solidários. Tal contexto resultou progressivamente no reconhecimento da importância e potencialidades do Nordeste, o que gerou uma revalorização dos saberes tradicionais e o fomento ao sentimento de pertencimento da comunidade. Assim, diversas entidades começaram a se organizar em redes visando à promoção do desenvolvimento do semiárido, a exemplo da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF).

A palavra “rede” do modo corriqueiramente utilizado remete a uma tessitura de fios emaranhados que resultam em uma colcha. A formação de redes na sociedade surge da necessidade das instituições e/ou seus sujeitos se fortalecerem por meio da constituição de um ente coletivo, a partir de um sentimento de pertencimento a um grupo com intenções e objetivos semelhantes. Ou seja, as redes não podem surgir como uma proposição externa, pois derivam de uma necessidade sentida pelos envolvidos de espontaneamente aderirem a uma formação com princípios comuns. A constituição e sustentabilidade de uma rede, pois, tem como pressuposto a existência de um anseio ou necessidade compartilhada de um grupo,¹¹ o que é comum na

10 <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2747>>. Acesso em 03 nov 2015.

11 BRASIL. ASSESSORIA TÉCNICA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: reflexões e experiências. Cooperativa Catarse - Coletivo de Comunicação. P. 23.

sociedade atual, tendo em vista a crescente interdependência em nível global entre os indivíduos.

Esta visão das relações humanas a partir de um prisma holístico foi identificada por Capra (1996), ao entender que todos os fenômenos sociais estão inter-relacionados, de modo que indivíduos e sociedades estão enquadrados em processos cíclicos da natureza. Há, contudo, segundo o mencionado autor, uma crise de percepção, vez que não há, em geral, a consciência de que a vida é um sistema interativo. Para o autor, as relações humanas devem ser entendidas como “redes dentro de redes”, cujas linhas são flexíveis e variáveis em face da dinâmica dos valores e das opções políticas dos membros que compõem este sistema.

Durkheim¹² (RIBEIRO, 2015), por sua vez, antes mesmo de Capra, entendia que o diferencial dos seres humanos seria a sua capacidade de socialização, ou seja, de aprender hábitos e costumes preexistentes, responsáveis por inseri-los no convívio de determinada sociedade. Os seres humanos, segundo o autor, são sociáveis e, portanto, potencialmente capazes de construir solidariamente a sociedade, de modo que ela funcione como um organismo humano, cada indivíduo com a sua função, a qual seria dependente de todas as demais. A partir desse ponto de vista, a sociedade atuaria mutualisticamente, com base na ideia de construção social coletiva, o que resultaria numa coesão social mais ampla, além de uma maior qualidade no exercício das funções que devem ser assumidas por cada indivíduo.

O papel das redes de economia solidária, assim, é realizar a articulação entre órgãos públicos, agências de fomento e os produtores, além de identificar/reconfigurar as vocações regionais existentes e criar, a partir daí, caminhos para fortalecer o produtor e potencializar os ganhos

12 Regras do método sociológico

produtivos, sem gerar passivos ambientais. Essas redes, pois, emergem como fatores de construção coletiva de um “novo contrato social”, que exige a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade de culturas (SILVA; SILVA, 2014).

Quanto maior, portanto, o envolvimento dos indivíduos nos processos decisórios, em igualdade de condições, haveria uma tendência a que ele seja respeitado pelas pessoas que compõem as redes sociais, posto que as regras que orientam o agrupamento humano seriam construídas coletivamente. Isto significa, dentre outras coisas, que a complexidade do sistema no qual estamos inseridos requer, além de espaços públicos de discussão, o igual reconhecimento e a justa repartição das decisões sociais.

Castells (2000), ao perceber determinados contextos de desfazimento da estratificação vertical que caracterizaria o estado das coisas no mundo até pouco tempo atrás, acredita no direcionamento social rumo à horizontalidade das relações humanas, inclusive econômicas e culturais. Para o autor, há uma nova lógica organizacional a partir da qual os fluxos são mais diversos, as redes são mais flexíveis, os Estados são menos nacionais, volatilidade do dinheiro não garante que a produção geográfica no país aumente a riqueza local (Castells, 2000, p. 120). As novas configurações das relações sociais, pois, se baseiam na “desterritorialidade”, na autoridade institucional compartilhada, em relações internodais, na descentralização articulada de gestão, na assimetria reconhecida, na flexibilidade no gerenciamento, subsidiariedade e horizontalidade (Castells, 2000).

A partir dessa dinâmica, várias organizações em rede foram se estruturando no Nordeste, visando à promoção do desenvolvimento local, a partir da constituição de práticas produtivas compatíveis com a realidade, as potencialidades

e os recursos locais. Entre estas redes é comum o intercâmbio de informações, o escambo de mercadorias, a ajuda mútua para a participação de editais, e geralmente existem membros que são comuns, tal como ocorre, por exemplo, entre a Rede Xique Xique e a Marcha Mundial das Mulheres em Mossoró (RN). Estas interações mutualísticas são ferramentas que vêm contribuindo para o fortalecimento e consolidação de muitas organizações, bem como para a definição de valores e lutas comuns. Para Bourdieu, Coleman e Putnam (Valdivieso, 2003) tais formações seriam retroalimentadas pelas suas próprias composições e relações sociais que, por si só, já teria um valor intrínseco. Isto se denominaria de “capital social”, que Bourdieu (2007) compreende

como sendo o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento. Identifica que um grupo ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Para esse autor, essas ligações são irreduzíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade (JESUS JÚNIOR, 2014).

O Ceará foi o pioneiro, juntamente com a Bahia, na região Nordeste a perceber a economia solidária como uma estratégia viável de desenvolvimento do ponto de vista político, econômico, social e cultural. Naquele Estado foi criada uma Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1999, que, segundo Gonçalves (2009, p. 23), buscou articular a teoria da economia solidária, que propõe a construção de uma racionalidade solidária na economia e,

simultaneamente, a transformação da sociedade por via da formulação de políticas públicas de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários para a geração de emprego e de renda, com a conseqüente redução da pobreza.

No Nordeste, a grande parte dos EEES é composta por associações (71%), sendo o maior percentual do Brasil, e em menor escala por grupos informais (21%). De tal constatação subentende-se que os movimentos sociais de articulação rural no Nordeste são importantes instrumentos de fomento e disseminação dos princípios da economia solidária, que muitas vezes já eram prática de parcela de produtores da região. A partir de variadas organizações sociais, como sindicatos e pastorais católicas, se formaram associações para organizar as atividades produtivas, as quais não raras vezes já eram ligadas a redes com atuação mais abrangente.

A atual coordenadora da Rede Xique Xique de Comercialização Solidária, a agricultora Francisca Eliane Viana, conhecida por Neneide, afirma que iniciou uma nova relação de produção desde quando começou a frequentar grupos de agricultoras:

Quando comecei a frequentar grupos de discussão de mulheres agricultoras, conheci um tipo de agricultura diferente. Comecei a me reconhecer e minha mãe passou a resgatar como era o manejo. A gente se encontrou novamente com o campo e com as práticas que se fazia antes, trabalhar de uma maneira em que se respeitassem os animais e as pessoas que vivem naquela comunidade¹³.

Deste relato se observa que o/a trabalhador/a rural, por via de regra, tem a disposição para manter vínculos de solidariedade com a comunidade do seu entorno, além de querer buscar no local onde vive a sua fonte de renda, uma

13 Agroecologia como estilo de vida e método de trabalho. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/casos-sucesso/agroecologia-como-estilo-de-vida-e-m%C3%A9todo-de-trabalho>>. Acesso em 25 ago 2015.

vez que há, geralmente, um liame afetivo com o território ao qual pertence, pois “resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade” (Zhourri; Oliveira, 2007, p. 120). A economia solidária, nesse contexto, tem o condão de trazer respostas às expectativas de alguns produtores rurais, sobretudo moldando os valores e práticas tradicionais à abertura de novas estratégias de produção/comercialização, a partir da reordenação de lógicas equitativas e coletivas, muitas vezes já perpetradas.

Como as relações de reciprocidade e de confiança facilitam as ações coordenadas e tendem a aumentar a eficiência da sociedade (Putman, 2007), a construção de uma racionalidade a partir da economia solidária no âmbito rural, portanto, gera a expectativa de repercutir positivamente na construção de ações políticas mais participativas, na igualdade de gênero, na construção de cadeias produtivas mais sustentáveis e justas, ou seja, no estímulo ao desenvolvimento local.

Considerações Finais

Não obstante as políticas promovidas pela SENAES desde 2003, o fato é que a economia solidária ainda não está no centro da agenda estratégica governamental de desenvolvimento. O Estado brasileiro ainda não encara a EcoSol como uma diretriz prioritária às ações públicas, e continua focando numa política econômica focada no consumo e a produção, que desrespeita a capacidade de resiliência ambiental, que precariza as condições de trabalho, que gera empregos não sustentáveis. Tanto é que ainda há dificuldades substanciais para a formalização de cooperativas no Brasil, não existe um marco legal que confira segurança jurídica às formas coletivas de organização

econômica, as ações públicas de financiamento estão voltadas para os grandes grupos econômicos, os aspectos tributários e previdenciários do trabalho coletivo não atentam para as especificidades deste tipo de produção, há poucas políticas públicas que assumem a função pedagógica de priorizar a economia solidária nos processos de licitação ou compras públicas.

As iniciativas públicas vigentes de economia solidária, portanto, ainda são encaradas de forma limitada diante das potencialidades da EcoSol o processo de construção de formas de desenvolvimento socialmente mais justas e ambientalmente mais sustentáveis. Dessa forma, desconsidera-se o potencial revolucionário de empoderamento a EcoSol alimenta, a capacidade emancipatória das iniciativas autogestionadas, cooperadas, associadas. O Brasil, pois, ainda não se utiliza de toda a capacidade e força da EcoSol na promoção de uma cidadania mais ativa, o que termina por atrasar o processo de fortalecimento e consolidação das instituições e organizações do país por meio da inserção autônoma dos brasileiros nos processos decisórios.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo - *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão* - São Paulo: Hucitec/Edunicamp/ ANPOCS-, 1992.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAILLÉ, Alain. *10 questões para Alain Caillé: entrevista concedida à Valéry Rasplus*. Tradução de Máira Albuquerque. Nouvel Obs Blogs. Publicada em 01 de março de 2011.

COHN, Amélia. *Participação social e conselhos de políticas públicas*. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011

GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JESUS JR, Guilhardes de. *Mulheres em rede: uma experiência de empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental do Sul da Bahia*. 12 dez 2014. 169.p. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2014.

MANCE, E. *A Revolução das Redes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, K. *A ideologia alemã*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, K. *A miséria da filosofia*. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: E.P.U e Edusp, 1974.

NOELLE, M.P. Lechant. *Economia Solidária*. Vol. 1. Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>>. Acesso em 15 ago 2015

PUTMAN, R. D.. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ F. (Orgs). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

RIBEIRO, Paulo S. Émile Durkheim: os tipos de solidariedade social. Disponível em:<<http://www.brasilecola.com/sociologia/Emile-durkheim-os-tipos-solidariedade-social.htm>>. Acesso em 15 set 2015.

SINGER,P. Marx e mercado. In: ROCHA BARROS, A.L. *et al. Ensaios críticos sobre o capitalismo e o socialismo*. São Paulo: A. Garibaldi, 1997.

SHIOCHET, Valmor. Da democracia à autogestão: Economia Solidária no Brasil. In: Benini, Édi A.; FARIA, Maurício de Sardá et. al (orgs). *Gestão Pública e Sociedade*. Fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária. Vol. 2. São Paulo: Outras Expressões, 2002.

VERGARA, S. C.. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 1998.

Zhour, A.; Oliveira, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*, 10(2), 119-135, 2007.

Recebido em 16/05/2017

Aprovado em 29/06/2017

Eddla Karina Gomes Pereira

Centro de Ciências Sociais e Humanas-CCSAH

Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva

CEP: 59.625-900 Mossoró/RN, Brasil

E-mail: eddlakgp@gmail.com

Maristela Andrade de Oliveira

Centro de Ciências Sociais e Humanas-CCSAH

Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva

CEP: 59.625-900 Mossoró/RN, Brasil

E-mail: andrademaristela@hotmail.com

Alícia Ferreira Gonçalves

Centro de Ciências Sociais e Humanas-CCSAH

Av. Francisco Mota, 572, Bairro Costa e Silva

CEP: 59.625-900 Mossoró/RN, Brasil

E-mail: andrademaristela@hotmail.com

